

# IDENTIDADE QUILOMBOLA: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO QUILOMBOLA NO AMBIENTE ESCOLAR\*

SILVA, Adilson Rodrigues\*\*

## *Introdução*

A relação que os moradores das comunidades negras rurais possuem com o ambiente escolar, torna possível uma constituição identitária. O artigo tem por objetivo explicar a constituição identitária dos moradores de comunidades negras rurais estabelecidas através da relação dos quilombolas com o ambiente escolar. Com isso, discutiremos como estes indivíduos se identificam no seu espaço e como é evidenciado o sentimento de pertencimento construído a partir da relação social dentro e fora da comunidade, isto é, se os quilombolas sentem-se inclusos ou excluídos na Escola.

O estudo sobre a identidade de uma comunidade rural (quilombola) pressupõe encontrar na relação dessas famílias com o conhecimento institucionalizado pela população externa a marcação da diferença que constitui o componente identitário, visando definir “identidade” e “diferença”.

O desenvolvimento das relações sociais tem na escola um importante espaço de construção identitária. Investigar essa problemática é primordial, pois é no cotidiano escolar que se pode observar a percepção do “eu” sobre o “outro”, apontando experiências cognitivas, e é nesse espaço que o indivíduo em suas relações busca conhecer a si próprio e aos outros. Na escola o indivíduo levará consigo experiências vivenciadas no seu universo social. A investigação possibilitará compreender o sentido e a força da relação entre as crianças quilombolas, que possuem padrões de origens socio-históricas, ao se interagir no universo escolar, analisando a constituição do sujeito quilombola que busca preservar sua identidade em contraponto a identidade construída no ambiente escolar.

A importância quantitativa, a extensão geográfica das fugas de negros escravizados e a formação de quilombos tradicionais (formados sob o escravismo) marcaram profundamente a história política, social, econômica e demográfica do Brasil. Entretanto esta questão só ganhou a atenção dos estudiosos nas décadas de 1960, 1970 e 1980 – depois de transcorridos mais de cinquenta anos da Abolição – assim mesmo de forma limitada e com

---

\* Texto que faz parte de uma pesquisa desenvolvida durante o Trabalho de Conclusão de Curso “Fenômeno Quilombola: as tradições culturais da Comunidade Quintino Elias (1960-2007).

\*\* Professor do Centro Educacional e profissional Santa Teresa e Professor Colaborador da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Coxim/MS.

raras análises diacrônicas e sincrônicas sobre a importância dos quilombos na história rural brasileira. Até então pouca importância foi dada à povoação das áreas internas do Brasil, à fronteira agrícola, à formação de comunidades caboclas de origem africana e à influência dos padrões lingüísticos existentes no interior brasileiro. Nos anos de 1980 a produção historiográfica sobre o escravismo ainda era marcada pelas interpretações neo-paternalistas herdeira da contundente tese sociológica *freyriana* (1933), cuja essência preconizava a relação simétrica entre a escravizados e escravizadores, quase que negando a acirrada luta de classes existente nos longos e duros anos de escravismo no Brasil. Graças aos esforços interpretativos de autores como Benjamin Peret, Clovis Moura, Alípio Goulart, Ciro Flamarion Cardoso, Emilia Viotti da Costa, Florestan Fernandes, entre outros a violência foi reconhecida como parte constitutiva de uma ordem econômica que controlava os trabalhadores nas unidades produtivas e submetia povos inteiros à escravidão, impondo-lhes a produção intensiva e níveis aviltantes de subsistência. Mas a importância destes autores não dispensa as contribuições de historiadores como Robert Slenes, Stuart Schwartz, Manolo Florentino, Eduardo Silva, João José Reis, João Luis Fragoso que fizeram avançar os estudos sobre laços familiares como refúgio de permanência dos ideais de liberdade e etnicidade, das estratégias negociações e de resistência ao sistema condenado por todos aqueles que se debruçam sobre o tema.

### ***O Quilombola***

O avanço do conhecimento histórico sobre os quilombos e o desencadeamento do processo de organização das comunidades negras ensejaram que, quando da Constituinte de 1988, fosse aprovado o dispositivo constitucional provisório – artigo 68 – determinando o reconhecimento da propriedade da terra ocupada pelos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. A necessidade de mapear e comprovar a existência de tais comunidades e, a seguir, a proposta de ampliar o leque de contemplados pela referida determinação ensejaram o recrudescimento do interesse pelos quilombos e o debate sobre a sua essência.

No Brasil a luta pelo reconhecimento pela propriedade da terra tem levado inúmeras comunidades negras rurais habilitar-se ao dispositivo da lei. Aglutinados em condição de vida rural, sobretudo em terras sem titulação reconhecida pelo Estado, muitos afro-descendentes viveram sem visibilidade social até as três primeiras décadas do século XX. O princípio estratégico da Marcha para Oeste, adotado pelo governo Vargas, determinou valorização da propriedade fundiária e o avanço da fronteira agrícola nos moldes capitalistas perturbou a *aparente paz* vivida pelas comunidades tradicionais que passaram a se deparar

com sérios problemas oriundos das novas orientações sobre a política de terra. Isto significa que as comunidades negras rurais passaram quase despercebidas até o momento em que suas terras, ou terras ocupadas por tais comunidades ganharam valor. Ou seja, a questão que envolve estas comunidades é agrária (BRAZIL, 2006). Como a questão agrária ainda não foi tratada com a devida seriedade, as comunidades encontraram na Constituição de 1988, um viés capaz de levá-las à legalização das terras com a auto-identificação de “remanescentes de quilombo”.

Nesse sentido, as comunidades de remanescentes de quilombos no Brasil tendem a enfrentar uma dura concorrência no campo, em que seus aspectos estruturais são precários frente à modernização das grandes propriedades. Já nas décadas de 1940 e 1950, alguns fatores determinaram o desaparecimento destas comunidades negras rurais formadas no período que antecedeu a Abolição: o desenvolvimento demográfico; a presença do capitalismo; e a elevação dos preços da terra provocaram o enfraquecimento das pequenas propriedades, conseqüentemente, a crise estrutural dessas comunidades, determinando o deslocamento de populações a procura de novas terras (MAESTRI, 1984, p.9-19).

A presença de comunidades negras rurais levou as ciências sociais a compreendê-las não apenas pelo seu percurso sócio-histórico, a produção cultural e o seu cotidiano em si apresentaram novos enfoques e novas definições a estas comunidades, assim, deixando de ser prioritária sua ligação com o passado escravista. Os bens culturais, antes investigados apenas os materiais, atualmente incorpora-se os imateriais. Tais bens apresentam-se para o pesquisador como elemento primordial na caracterização dessa relação social de um grupo, como a identificação cultural. Conforme José D’Assunção Barros, a noção de “cultura” que a perpassava era uma noção demasiado restrita, a reflexão antropológica traz novos horizontes. Portanto, acrescenta-se também o processo comunicativo na definição de Cultura, e não como a totalidade dos bens culturais produzidos pelo homem. Ou seja, a linguagem, as representações e as práticas culturais, em relação uns com os outros e em relação com o mundo, constitui um novo universo à noção de cultura.

Em Mato Grosso do Sul os núcleos populacionais negros de Furnas de Dionísio, Furnas de Boa Sorte e São Benedito têm sido objetos de inúmeros estudiosos, sobretudo com base no enfoque antropológico e são consideradas “remanescentes de quilombos” a partir da luta contra a discriminação, pela liberdade, e pela posse da terra. Os estudos realizados sobre estas comunidades despertaram o interesse no sentido de também contribuir para o trabalho de localização, catalogação, registro e divulgação dos dados, promovendo, nesse sentido, o fortalecimento da cruzada destinada à investigação, ao debate,

às atividades, às iniciativas e à socialização dos conhecimentos científicos sobre o negro, em condição de vida rural, sobretudo a existência desse *fenômeno dos novos quilombos* no país.

A partir de novas definições, uma comunidade rural e, a seguir, urbana, como “*quilombola*”, não é reconhecida através de sua origem em um quilombo, na pré-Abolição, mas da pressuposição quilombola de grupo social de ancestralidade africana. A legalização das terras dos chamados *remanescentes de quilombos* brasileiros passa hoje pelas discussões em torno da questão da identidade e da territorialidade. Portanto não se aplica o conceito histórico de quilombo para análise dessas comunidades. Assim, utilizar a definição de *comunidade negra rural* seria mais próximo da realidade encontrada atualmente. Após a Abolição, essas comunidades “deram origem a um campesinato negro que tendeu a se fechar sobre si, como já o haviam feito os *caboclos* descendentes de nativos” (MAESTRI, 1984, p. 9-19).

O Estudo propositivo disponibilizou os dados oferecidos pelo Instituto do Desenvolvimento da Terra- Idaterra/DA/MS envolvendo nome, localização e número de famílias de cada uma das comunidades arroladas a saber: 1) Comunidade dos Cardosos – Nioaque – 12 famílias; 2) Comunidade dos Gonçalves – Maracaju e Nioaque – 22 famílias; 3) Comunidade dos Pretos – Terenos – 6 famílias; 4) Comunidade Picadinha – Dourados – 6 famílias; 5) Comunidade Família Bispo – Sonora – 6 famílias; 6) Comunidade Família Quintino – Pedro Gomes – 15 famílias; 7) Comunidade Santa Tereza ou Malaquias – Camapuã – 40 famílias; 8) Furnas dos Baianos – Aquidauana – 21 famílias; 9) Furnas da Boa Sorte – Corguinho – 40 famílias; 10) Furnas do Dionísio – Jaraguari – 80 famílias.

### ***Quintinos: uma comunidade quilombola***

No contato com os Quintino – assim chamados no município de Pedro Gomes (MS) – deparamos com uma série de questões que nos levariam a continuidade e aprofundamento sobre a identificação de quilombos contemporâneos no país.

Quintino Elias, neto de ex-escravos, junto a sua família possuía terras no Estado de Mato Grosso, onde lidavam com a roça. A prática agrícola era para a subsistência, não variando do plantio de milho, feijão, mandioca e criação de alguns animais. Com seus pais saíram do Estado de Goiás e se estabeleceram em Mato Grosso. Casou-se naquela localidade. Junto a sua mulher e seus filhos produziam numa pequena propriedade, para o sustento familiar, na cidade de Santa Rita do Araguaia – GO. Com sua família mudaram-se para Pedro Gomes (MS) em busca de uma nova alternativa econômica para a sobrevivência, por razão da

crise agrícola que se passava na região. Morreu há dezoito anos deixando para seus herdeiros a Chácara Paraíso, que atualmente é considerada como um núcleo rural negro e, hoje é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como comunidade quilombola, que leva seu nome.

A família de Quintino Elias está radicada na Chácara Paraíso, conhecida pela população de Pedro Gomes como comunidade dos Quintino, localizada numa gleba a cinco quilômetros do referido município. Os descendentes formam quinze famílias que vivem da agricultura de subsistência. O local possui casas de alvenaria, como ainda preservam casas feitas com paredes de madeira e cobertas com folhas de bacuri (espécie de palmeira). Nas casas há luz elétrica e a água é retirada de poço artesiano. A comunidade foi beneficiada com uma caixa d'água por parte do Governo do Estado, porém não possui uma bomba de sucção para distribuir água para todas as casas.

A comunidade dos Quintino apresenta diversas características semelhantes aos quilombos contemporâneos. A forte ligação com o passado, a identificação com seu território e a preservação da cultura material presente na Comunidade dos Quintino leva a incluí-la entre várias comunidades que resistiram em permanecer em suas terras, garantindo ser sujeitos da história agrária deste país, como também resistiram as mudanças socioeconômicas que processaram a migração da família e a formação de uma Comunidade de remanescentes de Quilombos. A presença da comunidade na esfera social não garante uma inserção harmoniosa, principalmente pela sua caracterização identitária e por não acompanhar as mudanças ocorridas na estrutura social, econômica e política, que os isolam, aparentemente, do convívio com os moradores da cidade onde localiza-se a comunidade.

O problema que estas comunidades contemporâneas enfrentam com as mudanças estruturais e institucionais se constitui no isolamento cultural, isto é, a interação do indivíduo com a sociedade pressupõe sua identidade, ou seja, “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2005, p. 11). Entretanto, é essa concepção que se encontra em mudança, pois tradicional e sociologicamente a identidade ligava o sujeito à estrutura, aos mundos culturais, tornando-os unificados e atualmente esse contexto fragmentou-se. Nas sociedades contemporâneas, o sujeito compõe várias identidades, isto é, temporariamente utiliza-se de várias identidades, segundo Hall, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2005, p. 13). Os sistemas e representações estão se multiplicando, com isso adequar-se a múltiplas identidades, temporariamente, tornou-se possível e inevitável.

A dinâmica da globalização e do multiculturalismo intensificou a fragmentação identitária, que no caso não se posiciona como um estado crítico às relações sociais, contudo essa dinâmica é apresentada como movimento com lógicas contrapostas. A globalização reforçando a padronização e o multiculturalismo as particularidades culturais e as diferenças (CANDAU, 2002, 128).

Segundo Candau, “articular igualdade e diferença constitui outra questão, (...), o problema não é afirmar um pólo e negar o outro, mas sim termos uma visão dialética da relação entre igualdade e diferença. Hoje em dia não se pode falar em igualdade sem incluir as questões relativas à diferença, nem se pode abordar temas relativos às políticas de identidade dissociadas da afirmação da igualdade”. No caso, universalismo *versus* relativismo cultural, é especialmente relevante para a ação educativa e, particularmente, para as questões curriculares. A escola como instituição está construída tendo por base a afirmação de conhecimentos e valores considerados universais, uma universalidade muitas vezes formal que, se aprofundarmos um pouco, termina por estar assentada na cultura ocidental e européia, consideradas como portadoras da universalidade. A questão colocada hoje supõe perguntarmo-nos e discutirmos que universalidade é essa, mas, ao mesmo tempo, não cairmos num relativismo absoluto, reduzindo a questão dos conhecimentos e valores veiculados pela escola a um determinado universo cultural, o que nos levaria inclusive a negar a própria possibilidade de construirmos algo juntos, negociado entre os diferentes, e à guetificação. A questão do conhecimento e dos valores transculturais - preferimos esta expressão -, faz com que nos situemos de uma maneira crítica em relação aos conhecimentos e valores universais tal como estamos acostumados a considerá-los, assim como em relação ao relativismo cultural radical (CANDAU, 2002, 128-129). Já Oliveira propõe algumas questões teóricas que cabe utilizar problematizando as tensões de igualdade e diferença, sugerindo um diálogo, ou seja, um exercício dialógico: “a superação do debate sobre universalismo e relativismo cultural, pois todas as culturas são relativas e todas aspiram valores universais, porém, relativismo e universalismo, são filosoficamente incorretos por não permitem diálogos interculturais sobre questões isomórficas.” Segundo o autor todas as culturas possuem concepções diferentes de dignidade humana, mas são poucas que a concebem em termos de direitos humanos. Para Oliveira, “todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas concepções de dignidade humana. Esta incompletude provém da própria existência da pluralidade, pois, se cada cultura fosse completa, existiria apenas uma cultura e, por fim; todas as culturas tendem a distribuir as pessoas e os grupos entre dois princípios de pertença hierárquica: o princípio da igualdade e o princípio da diferença”. (OLIVEIRA, 2007, 15).

No Brasil, temos movimento equivalente que busca a implementação de Políticas Públicas que têm intenção de prover iguais oportunidades de educação, mudanças dos conteúdos curriculares, elaboração do livro didático e outros materiais, além da formação de professores competentemente formados para respeitar a diversidade cultural em todos esses âmbitos. Tais movimentos estavam saturados de presenciarem alunos excluídos e desqualificados nas escolas por causa de características físicas, cor da pele, gênero, religiosidade, que os padronizavam com possibilidades intelectuais inferiores.

O interesse em conceituar identidade, através da redefinição da identidade dos afro-descendentes, apresentou-se como um novo momento na pesquisa sobre identidade, cultura e educação, considerando os múltiplos enfoques que são trabalhados, apontam-se como principal escolha no momento em que o indivíduo se vê em crise ao se identificar e de preservar valores expressos na memória e no cotidiano sócio-cultural, através das relações *endógenas* e *exógenas* encontradas nas distintas características apresentadas no coletivismo social. As possíveis discussões sobre identidade étnica e a preocupação em conceituá-las apresentam-se através da análise da relação que os moradores das comunidades negras rurais ou *quilombolas* possuem com seu território e com o ambiente escolar, constituindo assim laços identitários. A discussão identidade torna-se evidente com a expansão do fenômeno da globalização, do multiculturalismo e da discussão moderno/pós-moderno. Os estudos de identidade remetem muitos autores a utilizarem dois caminhos: a perspectiva da identidade pessoal, “uma reflexividade da modernidade que se entende ao núcleo do eu” e a discussão sobre uma identidade coletiva, “ligada a sistemas culturais específicos, como as identidades regionais e nacionais” (ROSA, 2007, p. 2). Contudo estas duas perspectivas estão interligadas, conforme Rosa “não há como vivenciar uma identidade cultural específica se esta não for incorporada à identidade pessoal de cada agente social”. (ROSA, 2007, p.3). A importância em se discutir identidade possibilita a compreensão do sentimento de pertencimento dos *quilombolas* a seu território e a interação ao seu universo social, por isso problematizar essas concepções teóricas sobre identidades culturais na contemporaneidade, tornou-se possível.

### ***Identidade quilombola e o ambiente Escolar***

A relação memória e identidade justificam a permanência destes moradores nas comunidades, preservando seus aspectos estruturais e sociais. Portanto, é a partir dessas reflexões que é possível explicar parte da articulação social estabelecida entre os quilombolas

e os demais segmentos que compõe seu universo social. Qual a imagem que o ambiente escolar constrói sobre os quilombolas? E qual imagem os quilombolas têm em relação a si e aos outros que compõem este universo escolar, fora da comunidade. Esse comparativo pode apontar dados referenciais capazes de explicar o processo de construção da identidade da comunidade, sobretudo no que diz respeito aos “critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade” (POLLAK, 1992, p. 204). Esse diálogo entre o “eu” e “outro” possibilita a valorização da memória e a afirmação de uma identidade, mesmo que apresente confrontos num espaço em que a “memória e a identidade são valores disputados” e garantindo o protagonismo desses moradores (POLLAK, 1992, p. 204).

O estudo sobre a identidade de uma comunidade rural (quilombola) pressupõe encontrar na relação dessas famílias com o conhecimento institucionalizado pela população externa a marcação da diferença que constitui o componente identitário, visando definir quem é a “identidade” e quem é a “diferença”. Nesse sentido, cabe destacar que a identidade cultural não é “natural”, nem inerente ao indivíduo, ela é preexistente a ele, e como a própria cultura se transforma, a identidade cultural do sujeito não é estática e permanente, mas é fluída, móvel, e principalmente, não é uma imposição inocente, nem uma apropriação, de todo, inconsciente. A identidade cultural é por sua vez construída, manipulada e política. (PACHECO, 2007, p. 5).

O desenvolvimento das relações sociais tem na escola um importante espaço de construção identitária. Inserir essa problemática nesse espaço é primordial, pois é no cotidiano escolar que se pode observar a relação do “eu” com o “outro”, apontando experiências cognitivas, e é nesse espaço que o indivíduo em suas relações busca conhecer a si próprio e aos outros. Na escola o indivíduo levará consigo experiências vivenciadas no seu universo social, propondo uma dinâmica interação.

O estudo de representações sociais contribuirá e garantirá resultados positivos na constituição identitária de alunos quilombolas: como se formaram e como funcionam os sistemas de referência na classificação de pessoas e grupos e para compreender o seu cotidiano. Através das relações com a linguagem, com a ideologia e o imaginário social, por seu papel na orientação de condutas e das práticas sociais, as representações sociais constituem elementos essenciais à análise dos mecanismos que interferem na eficácia do processo educativo (ALVES-MAZZOTTI, 1994 p. 90).

Portanto, elementos que contemplam não necessariamente o processo sócio-histórico de formação da comunidade, como são propostos por muitos pesquisadores das ciências humanas, mas todo universo que se desenrola no cotidiano sócio-cultural desses indivíduos. O interesse pela identidade sócio-cultural não é tido como prioridade numa

análise cultural, contudo é através dela que encontramos num grupo étnico aspectos que favorecem tal constituição identitária. Contudo, cabe ressaltar que tal identificação cultural torna-se possível em decorrência da aceitabilidade dos indivíduos a esse grupo étnico.

Problematizar o cotidiano escolar onde os sujeitos são passivos, ou não; apontar onde há enfrentamentos de conflitos e negociações em referência às regras e às normas escolares, garantido uma relação de respeito ao diferente; e reconhecendo as identidades de contextos culturais distintos deve ser tratado como proposta pedagógica da escola.

A intenção é destacar o papel da relação dos moradores da comunidade com seu espaço, como também no seu ambiente escolar, onde capacita-se a traduzi-la como elemento primordial no processo de preservação de sua identidade sócio-cultural. Esta abordagem envolve os aspectos sociais, políticos e econômicos manifestados no cotidiano das famílias compositoras da comunidade em questão.

A compreensão dessas relações possibilitará definir o que é diferença e preconceito, que se apresenta como uma problemática abrangente em todos os espaços educativos, pois ambos não existem de forma individual, são constituídos através do comportamento coletivo, e sua superação não se dá pela aceitação da diferença, ou o trabalho com o princípio da ética, e é através dessa proposta de discussão que se pretende alcançar o entendimento sobre qual o procedimento que a política pedagógica escolar deve adotar para superar essa problemática.

A forte ligação quilombola com o território, no caso os Quintino, se destaca nas formações contemporâneas, em que os moradores têm na terra a preservação da sua cultura, conquistada no espaço que serviu de refúgio mesmo após a abolição. A identidade preservada nestes grupos é evidenciada pela relação que os moradores têm entre si, com seu território e através da inclusão destes a “outra” sociedade, localizada fora de seu espaço geográfico, mas determinante na sua existência sócio-cultural e econômica.

O entendimento da relação memória e identidade aproximam elementos que justificarão a existência e permanência de comunidades quilombolas – como a comunidade Quintino Elias – em seus aspectos estruturais e sociais. É a partir dessas reflexões que pode ser possível explicar parte da articulação social estabelecida entre os “Quintino” e os demais segmentos que compõe o universo social de Pedro Gomes, principalmente o ambiente escolar. A problemática proposta, no entanto, em se discutir constituição de identidade, alicerçado aos debates sobre alteridade, presente nas reflexões antropológicas, releva-se apresentando o sujeito quilombola e seu comportamento sobre a relação que mantém na escola, se sua imagem de quilombola é entendida como elemento que lhe garante uma identidade cultural, e

se o universo escolar lhe garante esta posição. A constituição da identidade exposta no sujeito quilombola com a escola tem uma aceitação entre seus colegas (alunos), professores, coordenadores, etc.

### *Considerações Finais*

A intenção de discutir a questão da herança cultural e material presente entre os moradores, o grau de parentesco e os fatores que os unem no território, em problematizar os aspectos identitários presentes no cotidiano do estudante quilombola, pressupõe o sentido de se discutir os elementos que permanecem entre os “Quintino” ao estar em contato com diversos aspectos culturais.

Nas décadas de 1970 e 1980 emergiram variados estudos antropológicos com ênfase aos trabalhos sobre o campesinato negro caracterizando-os como “comunidades negras rurais”, ou como “bairros rurais”. Destacaram-se os trabalhos pioneiros de Carlos Rodrigues Brandão, sobre “Peões, pretos e congos”, em Goiás (1974); de Renato da Silva Queiroz (1983) envolvendo os negros “Caipiras negros do Vale do Ribeira” de Ivaoporanduva/SP; de Mari Baiocchi (1983) em torno dos “Negros do Cedro” uma comunidade negra rural, denominada Cedro, estado de Goiás, hoje já reconhecida pela Fundação Cultural Palmares - FCP como quilombola; de Anita Maria de Queiroz Monteiro (1985) pesquisando a comunidade de Castainho no agreste pernambucano com seu trabalho Castainho: etnografia de um bairro rural de negros (1985); de Mari Baiocchi, com base em pesquisa de campo e documental sobre grupo dos Kalunga localizado ao norte do estado de Goiás, escreveu o livro intitulado “Kalunga: Povo da Terra” mostrando as características identitárias, culturais, econômicas, históricas e os possíveis traços de herança africana no grupo ( SOUZA, 2006).

As questões envolvendo essa temática são discutidas na perspectiva do materialismo histórico e dialético, no contexto da luta de classes verificada no seio da sociedade ao longo da história do Brasil. Para tanto é necessário que se tenha em conta o quilombo como reação ao sistema escravista e que estes núcleos de fugitivos representaram um dos principais aspectos do protesto negro.

As análises sobre os núcleos negros rurais de Mato Grosso do Sul, com ênfase ao papel da família de Quintino Elias enquanto instituição guardiã da identidade étnica e cultural pode proporcionar a identificação dessa entidade como sendo de fundamental importância para compreender o processo de formação social e luta pelos direitos daqueles que muito perderam durante a escravidão. Porém, esse é um campo de pesquisa muito amplo,

que deve ser prosseguido, pois ainda há varias lacunas a serem preenchidas no que diz respeito aos traços familiares dentro do processo escravista e no período pós-Abolição.

Os estudos abarcando a problemática da pesquisa, constituição identitária do sujeito quilombola, foram balizados a princípio por Hall (1997), Barth (1998), Smith (1997), Vigotsky (1984); Ginzburg (1985); Lévi-Strauss (1986), Bakhtin (1988) Certeau (1995), Eagleton (2005), Pollack (1992), Benjamin (1984) e outros, a fim de compreender o objeto de estudo com os diferentes olhares, que trouxe contribuições essenciais para a compreensão das significações atribuídas pelo outro, conceitos de cultura e identidade, etc. Nesse contexto, a escolha por estas referências torna-se relevante para um possível debate da cultura e da educação inovando conceitos e estruturando a discussão teórica proposta neste artigo. Além dessas referências, foram levadas em consideração produções recentes da história da educação, sociologia, da arte e da semiótica.

O desafio de abordar o objeto desse artigo (que é sempre, nas ciências humanas, um sujeito, segundo Bakhtin) é o caminho necessário para o estudo das problemáticas presentes na sociedade atual, que vivencia uma crise nos aspectos éticos e morais, buscando significações e rompendo representações que, ora, eram determinantes na constituição do sujeito sócio-histórico. A relação entre o método sócio-antropológico e os estudos da linguagem, torna-se necessária para o conhecimento das interações e práticas e compreender de que modo a cultura se manifesta nestes espaços.

### ***Referências***

ALVES-MAZZOTTI, A.J. **Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação.** Em Aberto. Brasília, n. 61, p. 60-78, 1994.

BARTH, F.Introducción. In: BARTH, F. (org.). **Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales.** México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Fronteira negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888.** Passo Fundo: UPF, 2002. (Coleção Malungo).

CANEN, A. **Formação de Professores e Diversidade Cultural,** in V. M. F. CANDAU (org.), Magistério: Construção Cotidiana. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro/Lisboa. Bertrand/Brasil/Difel, 1990.

D' ADESKY, Jacques. **Pluralismo Étnico e Multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

EAGLETON, Terry. **A Ascensão e Queda da Teoria.** In: Depois da Teoria: Um Olhar Sobre os Estudos Culturais e o Pós-Modernismo. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro; 2005.

\_\_\_\_\_. **A Idéia de Cultura.** Tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. Ed. UNESP São Paulo, 2005.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial.** 5ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1988.

MAESTRI, Mário. “As comunidades autônomas de trabalhadores escravizados no Brasil”. Versão atualizada do artigo: “**Em torno do quilombo**”. História em Cadernos. *Revista do Mestrado em História da UFRJ.* Nº 2. Rio de Janeiro, 1984:9-19

O'DWYER, Eliane Cantarino [Org.]. **Quilombo: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: EdFGV, 2002.

PACHECO, Joice Oliveira. Identidade Cultural e Alteridade: problematizações necessárias. **Revista eletrônica da UNISC.** Santa Catarina, 2004.

POLLAK, Michael. Identidade Social In. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SOUZA, L. Olegário e BRAZIL, M. do C. **Linguagem, terra e poder em Mato Grosso do Sul – o caso das comunidades negras rurais (1888-2006).** Encontro de Iniciação Científica:UFMS, 2006.